Por Marco Pontes



Em qualquer ambiente educacional respeitado, especialmente no ensino superior, a valorização do mérito não é apenas um princípio desejável — é um pilar estruturante. A universidade, enquanto instituição formadora de conhecimento, caráter e competência técnica, carrega consigo a responsabilidade de reconhecer, de forma justa e transparente, aqueles estudantes que se destacam por sua dedicação, disciplina e excelência acadêmica.

No contexto do curso de Ciências Atuariais — uma formação reconhecidamente exigente, que demanda elevado rigor técnico, domínio matemático e capacidade analítica — o desempenho superior de um estudante não é fruto do acaso. Trata-se de uma conquista construída ao longo de um período e fruto de esforço contínuo, muitas vezes conciliando desafios pessoais, profissionais e acadêmicos. Quando um aluno atinge a melhor performance de sua turma ou de seu curso, ele não apenas demonstra excelência individual, mas também simboliza o próprio sucesso do projeto pedagógico da instituição.

Diante disso, a eventual decisão de preterir esse estudante no reconhecimento formal de sua conquista — seja por meio de premiação, menção honrosa ou outro mecanismo institucional — levanta uma preocupação legítima. Não se trata apenas de um caso individual, mas de um precedente que pode fragilizar a credibilidade dos critérios acadêmicos e o compromisso da universidade com a justiça e a meritocracia.

A meritocracia, quando aplicada com critérios claros, objetivos e previamente estabelecidos, é um instrumento poderoso de incentivo à excelência. Ela orienta o comportamento dos estudantes, reforça valores como disciplina e responsabilidade, e contribui para a construção de um ambiente acadêmico saudável e competitivo no melhor sentido do termo. Negligenciar esse princípio, por outro lado, pode gerar desmotivação, sensação de injustiça e, inevitavelmente, descrédito institucional.

Nesse contexto, é essencial considerar também o impacto humano e formativo de decisões baseadas em critérios subjetivos ou pouco transparentes. Quando um estudante que comprovadamente apresentou o melhor desempenho não é reconhecido, corre-se o risco de desestimular não apenas aquele indivíduo, mas também outros alunos que observam a situação. A percepção de que o esforço pode não ser devidamente valorizado enfraquece o engajamento

acadêmico e pode comprometer a confiança no sistema educacional como um todo.

Para o estudante diretamente afetado, o não reconhecimento pode gerar frustração legítima. No entanto, é papel da instituição evitar que essa frustração evolua para desânimo ou descrença na importância do mérito. A universidade deve ser um espaço que fortalece a motivação, que estimula a perseverança e que demonstra, na prática, que o desempenho consistente é valorizado. Decisões que aparentam subjetividade ou arbitrariedade caminham na direção oposta desse propósito formativo.

É fundamental que a universidade compreenda que o reconhecimento do mérito não é um favor concedido ao estudante, mas um dever institucional. Ao premiar aquele que apresentou o melhor desempenho, a instituição reafirma seu compromisso com a qualidade, com a equidade e com a transparência. Mais do que isso, envia uma mensagem clara a toda a comunidade acadêmica: o esforço legítimo será reconhecido.

Caso existam critérios adicionais para a concessão de premiações — como requisitos administrativos, comportamentais ou normativos — estes devem ser amplamente divulgados, aplicados de forma isonômica e, sobretudo, jamais utilizados de maneira arbitrária ou subjetiva. A ausência de clareza nesses processos compromete não apenas a decisão em si, mas a confiança na governança acadêmica.

Portanto, a defesa do direito do estudante ao reconhecimento por sua melhor performance não deve ser vista como um ato de contestação ou de desobediência isolada, mas como uma legítima reivindicação por justiça acadêmica. Trata-se de preservar valores fundamentais que sustentam a missão universitária.

Em última análise, uma universidade que não reconhece o mérito corre o risco de desvalorizar o próprio conhecimento que se propõe a promover. E uma instituição que se afasta da justiça perde, gradualmente, sua autoridade moral como formadora de gerações.

Reconhecer o mérito é, portanto, mais do que premiar um estudante — é honrar a essência da educação. E garantir que nenhum aluno se sinta desestimulado por decisões questionáveis é parte inseparável desse compromisso.

Ao finalizar esse artigo eu gostaria de deixar uma mensagem ao estudante que tomou a iniciativa compartilhar a sua situação comigo. Siga em frente com convicção: o seu mérito não se apaga diante de uma decisão que deixou de reconhecê-lo formalmente. Ele está na sua trajetória, na sua disciplina, na consistência do seu desempenho e na capacidade que você demonstrou ao longo do curso. Não permita que um episódio isolado diminua aquilo que você construiu com tanto esforço. Siga firme, pois o verdadeiro reconhecimento — aquele que vem do mercado, da profissão e da vida — é inevitável para quem entrega excelência de forma contínua. O que hoje pode parecer uma frustração, amanhã será apenas um detalhe ou apenas mais uma lição de vida que contribuirá para o seu amadurecimento, contribuindo para a construção de uma trajetória sólida e respeitada. Continue avançando: valorize o seu esforço próprio e honre seus pais. Sucesso nesse desafio.

(18.03.2026)